



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 76/X/4.ª

Aos treze dias do mês de Janeiro do ano dois mil e nove reuniu, pelas quinze horas, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Audições no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 204/X (GOV), que procede à terceira alteração do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro:
 - 15H00 - Ordem dos Farmacêuticos
 - 15H30 - Ordem dos Médicos Veterinários
2. Apreciação e votação da Acta n.º 75;
3. Apreciação dos Pareceres relativos às seguintes iniciativas:
 - Projecto de Lei n.º 544/X/3.ª (PCP), que altera critérios para atribuição da protecção no desemprego, ampliando o acesso às prestações, através de alterações ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro - Deputada autora do parecer: Isabel Santos (PS);
 - Projecto de Lei n.º 572/X/3.ª (CDS-PP), que prevê aditamento ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro - Deputada autora do parecer: Isabel Santos (PS);
 - Projecto de Lei n.º 574/X/3.ª (CDS-PP), que altera o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, que visa o acesso ao subsídio de desemprego no caso de cessação por mútuo acordo para reestruturação de empresas - Deputada autora do parecer: Isabel Santos (PS);
 - Projecto de Lei n.º 575/X/3.ª (CDS-PP), que altera o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, reforça os mecanismos de fiscalização e controlo do subsídio de desemprego e reforça os direitos dos candidatos a esta prestação - Deputado autor do parecer: Miguel Laranjeiro (PS);
 - Projecto de Lei n.º 620/X/4.ª (BE), que altera as regras da atribuição do subsídio de desemprego introduzindo uma maior justiça social - Deputado autor do parecer: Miguel Laranjeiro (PS);
4. Apreciação de Relatórios de Audiências concedidas pelo Grupo de Trabalho das Audiências;



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5. Apreciação do relatório final da Petição n.º 410/X/3.^a - Solicita a intervenção da Assembleia da República no sentido de obter a pensão a que tem direito do estado brasileiro - Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP);
6. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
 - Projecto de Lei n.º 627/X/4.^a (CDS-PP) - Majoração da prestação do subsídio de desemprego (PS);
 - Proposta de Lei n.º 241/X (ALARM) - Atribuição de subsídio de insularidade aos funcionários públicos que prestam serviço nos serviços periféricos do Estado, instalados na Região Autónoma da Madeira (PSD);
7. Indicação de um Deputado para participar na Conferência Parlamentar de Alto Nível sobre Migração e Coerência das Políticas de Desenvolvimento, organizada conjuntamente pelo Parlamento Europeu, pela Comissão Europeia e pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que terá lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no dia 12 de Fevereiro de 2009;
8. Outros assuntos.

No ponto um da Ordem de Trabalhos teve lugar a audição com a Ordem dos Farmacêuticos, no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 204/X (GOV), que procede à terceira alteração do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro. Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11.^a Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Arménio Santos (PSD), iniciou a audição cumprimentando a delegação do CNOP, composta por S. Exa. a Bastonária, Dra. Elisabete Mota Faria, que se fez acompanhar pelo Dr. Nuno Valério, Dr. José Maria Roque Lino e Dr. António Costa e Silva. Após a intervenção inicial de S. Exa. a Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, que foi seguida de um breve comentário de índole essencialmente jurídica por parte do Dr. Roque Lino, os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Pedro Quartin Graça (PSD) e Jorge Machado (PCP) intervieram solicitando esclarecimentos e tecendo comentários sobre alguns dos aspectos referidos. Tomou então a palavra, S. Exa. a Bastonária para uma última intervenção e aproveitou para entregar um documento, onde se encontram plasmadas as posições da Ordem sobre esta matéria. Concluída a audição, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença da Ordem dos Farmacêuticos e deu-se início à audição seguinte.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No âmbito da apreciação na especialidade da mesma iniciativa legislativa, o Senhor Vice-Presidente da Comissão começou por agradecer a presença de S. Exa. o Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários, Dr. Pedro Sameiro de Sousa. A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Tomou então a palavra S. Exa. o Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários, que proferiu uma declaração inicial de concordância com a iniciativa legislativa em apreço. De seguida, tomaram a palavra os Senhores Deputados Pedro Quartin Graça (PSD), Jorge Machado (PCP), Maria José Gamboa (PS) e Miguel Queiroz (PSD) que solicitaram alguns esclarecimentos. No sentido de responder ao solicitado, S. Exa. o Bastonário retomou a palavra. A finalizar, o Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu novamente a presença da Ordem dos Médicos Veterinários e deu por concluída a audição.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), assumiu a presidência da reunião e, no segundo ponto da Ordem de Trabalhos, submeteu a votação a Acta número setenta e cinco, que foi aprovada por unanimidade.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS), apresentou o Parecer conjunto, dado que se tratam de três iniciativas com objecto semelhante, relativo ao Projecto Lei n.º 544/X/3.ª (PCP), que altera critérios para atribuição da protecção no desemprego, ampliando o acesso às prestações, através de alterações ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro; ao Projecto Lei n.º 572/X/3.ª (CDS-PP), que prevê aditamento ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro; e ao Projecto Lei n.º 574/X/3.ª (CDS-PP), que altera o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, que visa o acesso ao subsídio de desemprego no caso de cessação por mútuo acordo para reestruturação de empresas.

Terminada a apresentação do Parecer conjunto relativo às três iniciativas, solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para felicitar a Deputada autora do parecer e demonstrar a concordância geral com o teor do Parecer, com a ressalva de que deixaria para plenário a discussão mais política das iniciativas em causa. No entanto, entendeu importante referir que o diploma que se pretende alterar está na génese da redução drástica do número de trabalhadores protegidos na eventualidade de desemprego,



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

o que num momento de crise se torna ainda mais preocupante. Acrescentou ainda que é urgente proceder à alteração do Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro e daí o agendamento urgente destas iniciativas.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) tomou então a palavra para referir que as medidas recentemente aprovadas pelo Governo são a adaptação urgente, face à situação de crise, das medidas existentes de protecção social. Aproveitou ainda para referir que não é costume estes comentários políticos, nesta Comissão, aquando da apreciação de pareceres, pois se deixa este debate para plenário, no entanto, sugeriu que talvez a presença de membros da comunicação social na sala possa ter tido um efeito estimulante.

O Senhor Deputado Francisco Antunes (PSD) pediu a palavra para referir que o Grupo parlamentar do PPSD também irá apresentar uma iniciativa legislativa com vista à alteração do diploma em causa e que reservam para plenário os comentários de natureza política sobre estas iniciativas e a razão da sua necessidade.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), em resposta à Senhora Deputada Isabel Santos (PS) e rejeitando integralmente a sugestão de que apenas teria tecido comentários em razão da matéria porque estava presente a comunicação social, referiu que muitas vezes o seu Grupo Parlamentar tece comentários aos Pareceres apresentados e a outras questões, mesmo que não constem da Ordem de Trabalhos, mas que o Grupo parlamentar considere pertinente e deu o exemplo da intervenção na última reunião do Senhor Deputado Francisco Lopes sobre as inconstitucionalidades existentes na revisão do Código do Trabalho.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) solicitou a palavra para felicitar a Deputada autora do Parecer, mas referiu que o debate político em sede de Comissão é, não apenas salutar, como desejável. Aliás acrescentou que as alterações regimentais efectuadas na presente legislatura vão nesse sentido, apesar de nesta Comissão tal não ser muito comum, aliás como também não são convidados os promotores das iniciativas a virem à Comissão apresentá-las, possibilidade prevista no novo Regimento. No que concerne à opinião do Grupo Parlamentar do PCP, não pode deixar de notar e congratular esse Grupo Parlamentar do PCP pela sua evolução de opinião, dado que tinham tecido comentários muito duros ao diploma que antecedeu o Decreto-Lei n.º 220/2006, que era da autoria do Governo PSD/CDS-PP, mas presentemente já reconhecem que ele garantia



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

uma protecção social na eventualidade do desemprego superior ao diploma do Governo PS. Finalmente, teceu um último comentário à apresentação do Parecer pela Senhora Deputada Isabel Santos (PS), pois esta sugeriu que as iniciativas do CDS-PP (várias a incidir sobre o mesmo diploma) denotavam um certo desnorte do partido, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) não pode deixar de rejeitar esta ideia, sustentando que apesar de incidirem sobre o mesmo diploma, as iniciativas tratam de matérias distintas, que podem ser separadas e que o Grupo Parlamentar entendeu separá-las para reforçar a análise de cada um dos aspectos.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) retomou a palavra para esclarecer o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) de que só foi declarada a inconstitucionalidade de uma norma da revisão do Código do Trabalho, pelo que não se pode falar em inconstitucionalidades no plural.

O Senhor Presidente da Comissão submeteu então a votação os pontos I e III do parecer, nos termos regimentais, que foram aprovados por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Miguel Laranjeiro para apresentar o seu Parecer conjunto relativo ao Projecto de Lei n.º 575/X/3.^a (CDS-PP), que altera o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, reforça os mecanismos de fiscalização e controlo do subsídio de desemprego e reforça os direitos dos candidatos a esta prestação e ao Projecto de Lei n.º 620/X/4.^a (BE), que altera as regras da atribuição do subsídio de desemprego introduzindo uma maior justiça social. Após a apresentação, os pontos I e III foram submetidos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

No ponto quatro da Ordem de Trabalhos foram apreciados os relatórios de audiências concedidas, pelo Grupo de Trabalho das Audiência, em 26 de Novembro de 2008, à ATTIMA (Associação de Transportes de Terras, Inertes, Madeiras e Afins) e ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, não tendo sido emitido qualquer comentário.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o Relatório Final da Petição n.º 410/X/3.^a com parecer fundamentado que propõe o seu arquivamento. Tendo sido colocado a votação, foi o Relatório aprovado por unanimidade.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto seis da Ordem de Trabalhos, O Senhor Presidente da Comissão referiu que tendo em atenção que o Projecto de Lei n.º 627/X/4ª está agendado para dia 15 de Janeiro, que, se ninguém se opuser, é de considerar que não estão reunidas condições para que esta Comissão elabore e aprove o Parecer. De seguida, foi designado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) para elaborar o Parecer da Proposta de Lei n.º 241/X (ALARM).

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Comissão deu conta que, no cumprimento do despacho de S. Exa. o Presidente da Assembleia da República foi articulado com as outras Comissões que caberia ao Grupo Parlamentar do PS indicar um Senhor Deputado para estar presente na Conferência Parlamentar de Alto Nível sobre Migração e Coerência das Políticas de Desenvolvimento. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que indicaria o Senhor Deputado posteriormente.

Antes do fim da reunião, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) tomou a palavra para questionar se a reapreciação do decreto relativo à revisão do Código do Trabalho baixaria à 11ª Comissão, dado que foram publicadas na imprensa escrita declarações do Senhor Deputado Jorge Strecht nesse sentido. O Senhor Presidente da Comissão esclareceu que, nos termos do artigo 163º do Regimento da Assembleia da República, o decreto será expurgado da norma inconstitucional no âmbito do plenário, podendo, se este assim o decidir, baixar à Comissão apenas para aprovação da redacção final.

O Senhor Presidente da Comissão encerrou a reunião às dezasseis horas e cinquenta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de Janeiro de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Jorge Strecht
Maria José Gamboa
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Maria Helena Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Francisco Lopes
Maria Cidália Faustino
Mariana Aiveca